

Dante Alighieri e o projeto do vulgar ilustre

Bruno Dallari

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Brasil)

Resumo

No opúsculo *Da Eloquência Vulgar (De Vulgari Eloquentia)*, escrito em 1305 e não terminado, Dante Alighieri apresenta o projeto do vulgar ilustre. O fundamento do projeto são as considerações de que (1) o latim, embora fosse uma língua superior a todos os respeitos, não se prestava à comunicação pública, então em demanda crescente, e (2) a língua vulgar, falada trivialmente pelas pessoas, era insegura quanto à lógica, limitada quanto ao repertório conceitual e à capacidade expressiva e esteticamente deselegante. Daí o entendimento de que era necessário formular uma língua que, embora recorresse ao repertório da língua vulgar, fosse desenvolvida pautada pelos elementos que faziam do latim uma língua superior. O produto dessa construção seria o vulgar ilustre, um conceito que, ainda hoje, preside a intervenção sobre as línguas e que contém em si um ideal de Homem, que é, em larga medida, o ideal do sujeito contemporâneo.

Palavras-chave

Dante, língua vulgar, latim, vulgar ilustre.

Bruno Bohomoletz de Abreu Dallari é professor do Departamento de Lingüística da PUC-SP desde 1997. Leciona nos cursos de Jornalismo e Relações Internacionais e atua também no curso de pós-graduação *lato sensu*, como professor e como orientador, nas áreas de Jornalismo Econômico e Jornalismo Internacional. Seu tema de pesquisa original, sobre o qual versaram sua dissertação de mestrado e sua tese de doutorado, realizadas na UNICAMP, foram as concepções lingüísticas de Saussure. A atuação no curso de Relações Internacionais o levou a desenvolver a linha de pesquisa em Políticas Lingüísticas que, atualmente, é o objeto principal de sua atividade de pesquisa. A atuação no curso de Jornalismo o levou a investigações no campo da Análise do Discurso, voltadas sobretudo para a explicação da relação mídia-público.

Da eloquência vulgar é um texto inacabado, escrito por Dante Alighieri em torno do ano de 1305, no qual ele postula a necessidade de se instituir uma língua de uso público alternativa ao latim. Esta língua deveria estar ancorada na língua comum falada pelas pessoas, chamada então de “vulgar”.

O rótulo “vulgar” cobria indiscriminadamente todas as línguas ágrafas européias, num *continuum* despreocupado em estabelecer delimitações territoriais específicas. A referência do termo é sempre genérica e imprecisa, mesmo quando acompanhada de um adjetivo: vulgar florentino, vulgar provençal, vulgar meridional etc. O vulgar contrastava com línguas fixadas pela escrita, como o grego e o latim. As línguas européias só passaram a ser referidas por nomes – o italiano, o francês, o flamengo – a partir do século XVI, com a generalização do processo de gramatização (cf. Auroux, 1992). Assim, quando se dizia que um texto estava “escrito em vulgar”, ele poderia estar escrito em qualquer das dezenas de línguas não gramatizadas da Europa medieval.

Dante não postulava o emprego da língua vulgar tal como era usada correntemente pelas pessoas. Ela deveria antes ser configurada e estabelecida num patamar superior, incorporando as propriedades lógicas e expressivas que se atribuía ao latim e com a assepsia de diversos elementos considerados indesejáveis numa língua. O produto esperado deste projeto que, num mesmo movimento, afirmava e negava a legitimidade dos falares populares seria o que Dante chamou de “vulgar ilustre”.

O movimento de afastamento do latim em benefício de uma língua reconhecível pelo leigo iletrado poderia sugerir um movimento distópico, pelo esvaziamento de uma idealização e pela adoção de uma atitude aparentemente banalizada diante da língua. Porém, como argumentaremos nesta comunicação, o estabelecimento de uma referência idealizada de como deveria ser esta língua e a elaboração de um roteiro para sua constituição, elencando elementos desejáveis e indesejáveis para sua composição, fazem do vulgar ilustre uma utopia lingüística ainda mais arrojada do que a que estava implicada no *status* do latim como língua consagrada. Uma utopia tão mais interessante, por estar em vigência até hoje, incorporada às concepções lingüísticas contemporâneas.

1. A transição do latim aos vernáculos

Na cronologia, forçosamente imprecisa, da produção das obras de Dante consta que a redação de *Da eloquência vulgar* foi iniciada por volta de 1304 e abandonada no ano seguinte, 1305, quando Dante inicia a escrita da *Commedia* (que só em 1555 receberia o epíteto “Divina”, de seu editor veneziano). Para Steven Botterill (1996), essa seqüência não é acidental; ao contrário, haveria um nexos entre um texto e outro e o abandono do primeiro teria acontecido em benefício do desenvolvimento do segundo. A *Commedia* seria a realização do projeto esboçado na *Eloquência Vulgar*. Para Botterill, Dante abandona a formulação programática que iniciara para proceder de uma vez à realização do programa que estava elaborando. Nesse

sentido, *Da eloquência vulgar* não só anteciparia, mas, em alguma medida, explicaria a *Commedia*. A concepção formal da *Commedia*, mas também alguns componentes da mensagem que ela exprime constariam já, como formulação, da *Eloquência vulgar*.

A *Commedia* é freqüentemente apontada como o texto inaugural do italiano moderno. Essa concepção é inexata ou mesmo equivocada, como veremos mais adiante. Porém, é significativo que Dante tenha se decidido a escrevê-la em vulgar e não em latim, o que representava uma ruptura com a prática estabelecida até aquela época. E, justamente, é dessa passagem, do latim ao vulgar, de como e porquê proceder a ela, que trata *Da eloquência vulgar*. O propósito anunciado do texto é prover uma “doutrina da eloquência em língua vulgar”, estabelecendo os termos para seu uso adequado. Grande parte do texto se dedica a justificar a necessidade e a viabilidade dessa transição, indicando que a opção por não usar o latim não era considerada um gesto trivial, mas um passo temerário na direção de uma língua que poderia arruinar uma mensagem pela sua precariedade lógica e expressiva.

Chama a atenção o fato de que *Da eloquência vulgar*, o texto que pioneiramente propõe o uso da língua comum, tenha sido escrito... em latim. Parece paradoxal que Dante não apresentasse, desde logo, uma amostra do que estava propondo. Esse paradoxo é uma amostra da insegurança que suscitava o uso do vulgar. Essa insegurança persistirá longamente. Ela pode ser ilustrada por dois fatos, um pouco anedóticos, mas significativos:

Em 1492, quando Nebrija publicou a *Gramática de la Lengua castellana*, a primeira gramática de uma língua vernacular européia moderna, a obra foi recebida com desconfiança pela Rainha Isabel, que tinha estudado latim a partir de um tratado do mesmo Nebrija, seu preceptor. “Para que pode servir um texto em vulgar?”, teria perguntado a rainha a Nebrija. A rainha da Espanha não queria que se usasse o “espanhol”. Ela preferia que se usasse o consagrado latim e não conseguia entender o propósito daquela empreitada.

Mais tarde, já no final do século XVIII, quando o filósofo Immanuel Kant escreve as suas três conhecidas “críticas”, as duas primeiras são escritas em latim e só a última, a *Crítica da faculdade de julgar*, publicada em 1790, foi escrita em alemão.

A transição do latim para os vernáculos, como língua de registro escrito e de uso culto e informado, foi um longo processo. A resistência se devia a que os vernáculos eram considerados populares demais, bastardos quanto à origem e composição, logicamente confusos e mal-estruturados, desleixados quanto a qualidades de representação e expressão, para se prestarem a usos “elevados”. A noção corrente – e ainda vigente – era que, para que o uso do vernáculo pudesse se tornar aceitável, ele deveria antes ser burilado, asseptizado, transformado, melhorado. Essa transição jamais consistiu em simplesmente adotar o vernáculo como era empregado em sua forma oral corrente. *Da eloquência vulgar* é o momento primeiro dessa transição, mas que estabelece, notavelmente, as diretrizes fundamentais que vão orientá-la.

De qualquer forma, o projeto do vulgar ilustre não supunha o abandono do latim; ele pretendia criar e ocupar um espaço novo, distinto da oralidade pura popular e da escrita formal em latim: o da escrita vernacular.

2. Da oralidade à escrita – estabelecendo uma forma para a língua

O estabelecimento das línguas vernaculares como línguas de uso formal não consistiu na mera transcrição dos falares correntes ou no registro escrito da língua empregada oralmente. Em todos os casos, a língua oral foi assumida como um ponto de partida a ser superado por obra da intervenção visando a modificar a língua, a transformá-la numa outra coisa, a criar uma entidade nova. É o que Dante propõe na *Eloquência vulgar*.

A adoção do vulgar não correspondeu à consagração das formas correntes orais e populares. Ao contrário, implicou assumir a língua corrente apenas como matéria-prima a ser trabalhada para a elaboração de uma língua melhor, esta sim digna de ser usada.

O primeiro passo desta intervenção consiste em selecionar as “melhores” formas da língua em detrimento das demais. Essa operação é o que Dante faz na *Eloquência vulgar*. Dante passa em revista as formas disponíveis dos vulgares de sua época, as compara fazendo apreciações sobre sua qualidade estética e emite juízos quanto às preferíveis.

A noção de que haveria uma forma superior de se expressar, de que essa forma deveria ser trabalhada e que estaria em contraposição ao modo usual e trivial das pessoas se exprimirem não foi uma criação de Dante. Ela já existia antes, muito particularmente na noção, vigente desde a Antigüidade, de que as liturgias religiosas, mas também as civis, requerem modos formalizados de expressão. Porém, para além desta concepção, havia uma razão para que não se adotasse simplesmente os falares populares: a necessidade de distinção social.

A adoção imediata da língua oral para efeitos formais colocaria a todos num patamar lingüístico e identitário comum – comerciantes, camponeses, clérigos, magistrados, nobres e cavaleiros. A percepção de que a legitimação do emprego do vulgar aproximaria a todos mais do que o devido era também uma motivação importante para que se repelisse o seu uso generalizado.

É assim que a língua institucionalizada passa a ser produto e parte do modo de produção da sociedade de classes, com essa função ao mesmo tempo agregadora e segregadora. O paradoxo é que, se o estabelecimento de um patamar comum lingüístico era considerado indesejável, foi justamente a necessidade de um patamar comum que suscitou a necessidade do vulgar ilustre.

3. Uma língua para o novo espaço público

O contexto histórico da produção da obra de Dante Alighieri é o da emergência do espaço público contemporâneo. Se Dante precisava usar o vulgar era porque queria estabelecer uma interlocução com os seus como quem fala a uma comunidade e não como quem se reporta a uma

autoridade, que era a suposição dos textos em latim. Era preciso ainda que a sua mensagem pudesse atingir um público que não só não conhecia o latim, mas não era sequer alfabetizado.

Escrita num momento em que a imprensa não havia sido inventada, no qual não havia livros disponíveis, no qual a escrita era usada sobretudo para finalidades técnicas e não leigas e no qual a alfabetização era vista como uma capacitação específica destinada a poucos, a *Commedia* circulou oralmente, tanto ou mais quanto por escrito. Um viajante visitando Florença, um século mais tarde, surpreendeu trabalhadores analfabetos declamando versos de Dante enquanto trabalhavam (cf. Hale, 1970). A primeira edição impressa da *Commedia* foi a edição veneziana de 1555. Considerando que Dante terminou de escrevê-la em 1320, é um longo hiato.

A *Commedia*, segundo Jacques le Goff (1995), foi escrita no contexto da emergência do capitalismo e de uma incipiente burguesia no final da Idade Média, muito particularmente nas cidades italianas, com um efeito perturbador sobre a ordem estabelecida.

A percepção de Dante sobre o seu tempo era a de um mundo instável e de uma sociedade em disrupção e sem coesão, fruto da ganância, do desprezo pelo próximo, das ambições crescentes, da abertura de portas para alguma ascensão social, e, num nível mais amplo, da luta pelo poder. Mesmo a autoridade da Igreja, neste novo cenário, não podia ser dada como certa. O cisma do Oriente tinha colocado em questão a primazia de Roma. Movimentos heréticos eclodiam em diversas partes da Europa e o próprio franciscanismo, que foi, por fim, habilmente absorvido pela Igreja, continha um forte componente crítico aos fundamentos do poder da Igreja.

É neste sentimento de incerteza e de falta de direção que consistiria a “selva escura”, na qual se encontra Dante no início do *Inferno*. Era preciso que as pessoas adotassem uma perspectiva comum, permeada de ideais elevados, para o estabelecimento de uma sociedade melhor. Le Goff considera o *Purgatório* como o livro que contém o cerne da mensagem de Dante e o caracteriza como “um tratado sobre os vícios e as virtudes”. Com efeito, ao passar em revista cada um dos pecados, Dante faz uma espécie de preleção moral ao seu interlocutor, leitor ou ouvinte.

A *Commedia* teria uma missão edificante: conclamar as pessoas a que se comportassem bem e que aderissem ao ideal de uma sociedade organizada e harmoniosa. Para isso, era preciso se dirigir a elas numa linguagem que, ao mesmo tempo, fosse acessível e compreensível, mas que tivesse a solenidade e o encantamento de uma língua percebida como superior.

Estabelecer uma interlocução direta com essa comunidade – de fato, a constituindo – era a razão para não usar o latim. Conferir autoridade, respeitabilidade e envolvimento à mensagem era a razão para não usar a língua oral comum.

As demandas específicas de comunicação que emergiram naquele período serão típicas da sociedade que se desenvolverá em seguida, que ocorre ser a nossa. Nesse sentido, o pioneirismo da *Eloquência vulgar* tem a ver com o primeiro momento em que as tensões sociais e políticas resultantes da emergência da burguesia e do advento do capitalismo requerem a

constituição de um espaço público configurado como território de diálogo e arena de disputas.

Da eloquência vulgar, como todos os projetos lingüísticos que se seguirão, versa primeiramente sobre a língua como **forma**, mas tem, desde logo, como horizonte os **sentidos** a serem veiculados por ela.

4. Efeitos paradoxais de inclusão e exclusão

Ao contrário do que eventualmente se pensa, a adoção do vulgar não foi um vale-tudo, nem uma abertura para que cada um falasse como quisesse, para que cada um usasse “sua própria língua”. Isso estava fora de questão. Pelo contrário, uma vez adotado, o vulgar ilustre circunscreveria um certo domínio do espaço público, que pertenceria por direito aos “bem falantes”.

Um lingüista contemporâneo não pode deixar de observar este aspecto contraditório do projeto do vulgar ilustre: ao mesmo tempo em que “abre” para a língua comum, “fecha” para as formas populares de expressão. Abre inúmeras possibilidades expressivas, mas abre também caminho para o estigma lingüístico, sobre aqueles que “falam mal”, que desconhecem ou não sabem usar adequadamente a língua estabelecida. Abre para que certos falantes sintam o complexo e o desconforto de não dominar a “língua culta”, que difere da sua língua corrente, e que, no entanto, em tese, é a mesma.

A institucionalização lingüística, da qual a *Eloquência vulgar* é a pedra fundamental, interdita e deslegitima certos falares e, com eles, seus falantes. Ela tem um aspecto constitutivamente inclusivo, ao legitimar que a comunicação pública seja feita na língua das pessoas, mas tem um aspecto excludente, ao requerer do falante uma disposição trabalhosa para ascender ao uso da versão elaborada desta língua.

Evidentemente, o texto de Dante, embora traga embutidas essas concepções, não é programaticamente explícito a respeito delas. É apenas o caso de apontar o quanto ele está em consonância com motivações histórico-sociológicas de ordem mais geral: era preciso constituir, linguisticamente, uma comunidade; mas que essa comunidade não fosse mais homogênea do que o desejado, que ela preservasse uma distinção hierárquica entre seus membros.

5. O caráter do projeto – universal e não nacional

Ao longo do texto da *Eloquência Vulgar*, sobretudo no segundo livro, Dante procede a uma “coleta” de dados lingüísticos de vários lugares da Itália. No final do primeiro livro, ele caracteriza o resultado almejado como “vulgare latium”, isto é, o vulgar do Lácio. Isso e o fato da *Commedia* ser assumida como “o primeiro texto em italiano” fazem com que eventualmente se veja a *Eloquência vulgar* como o projeto de constituição de uma língua nacional italiana.

Esta é uma ilusão retrospectiva. A questão nacional não estava em pauta nesse período, nem estará por muitos séculos a seguir. Se houve quem, como Maquiavel, colocasse como desejável a unificação da Itália sob uma

mesma entidade política, naquela época, essa era apenas uma perspectiva entre outras. A Lombardia era um reino à parte com vínculos tão ou mais importantes com outras partes da Europa, como a França e a Alemanha, do que os que mantinha com o resto da Itália. O sul da península italiana, particularmente a Sicília, era o centro de uma órbita própria de influência, mais voltada para outras partes do Mediterrâneo, inclusive o mundo árabe, do que para o norte da Itália. Veneza era uma ponte entre Bizâncio e o resto da Europa, sem nenhuma prioridade na relação com a Itália, já que seus principais mercados estavam ao norte. E assim por diante.

Mas, sobretudo, no que diz respeito à *Eloquência vulgar* como projeto lingüístico, ela tem características opostas aos projetos de língua nacional, do tipo que floresceu a partir do século XIX. Estes supõem uma forte ancoragem nos falares populares. Na medida em que a língua pretende ser a encarnação de uma Nação e de um Povo (no sentido romântico dos termos, daí as maiúsculas), esses projetos vão valorizar e enaltecer a expressividade natural dos falares populares. Ora, não só o projeto de Dante não reconhecia essa expressividade, como suspeitava dela. Não só não assumia a existência de um Povo italiano, no sentido romântico e nacional do termo, como a língua do povo, no sentido de classes sociais mais baixas, era explicitamente rejeitada como inferior e indesejável. Ao contrário, as fontes empíricas da elaboração do vulgar ilustre, mencionadas por Dante, são todas provenientes de poetas sofisticados, nunca de fontes populares.

O público-alvo do projeto de Dante era socialmente circunscrito aos habitantes das cidades em condições de participar, em alguma medida, do universo da veiculação de idéias e de uma fruição estética mais elaborada. Nem remotamente seu objetivo era prover uma língua comum que viabilizasse a constituição de uma nação. O objetivo, como ele diz expressamente no final do primeiro livro, é elaborar uma língua digna da corte, de ser usada em uma corte.

Desse ponto de vista, o projeto de Dante era assumidamente elitista em seus ideais e em seus fundamentos, o que não o impedia de ser generoso em seus propósitos.

Enquanto concepção, o projeto esboçado em *Da eloquência vulgar* se aproxima mais do universalismo de Port Royal – a criação de uma língua com máxima capacidade lógica e expressiva, sem nenhuma injunção naturalista e sem nenhum compromisso em exprimir a alma de um Povo. É uma língua ideal construída, reconhecível por seus usuários como próxima à falada por eles, mas sem um vínculo de pertencimento por parte deles. Os componentes “nacionais”, regionais ou locais de certas formas lingüísticas entram como tecnicidades do processo de elaboração da nova língua e não como parte do fundamento do projeto dela.

O vulgar ilustre de Dante não pretendia ser “o italiano”, nem mesmo encarnar a italianidade ou sequer manter propriedades inerentemente italianas. A elaboração da nova língua envolvia não só componentes lexicais e gramaticais, mas também recursos retóricos e poéticos. Para esse efeito, Dante recorre, indistintamente, a poetas italianos e não italianos – Guiraut de Borneil, o rei de Navarra, Guido Guinizelli, Cino da Pistoia, Arnaut

Daniel, Bertran de Born, têm passagens mencionadas como referências sobre atributos lingüísticos desejáveis sem que seja traçada nenhuma linha demarcatória quanto à nacionalidade. Para Dante, todas as fontes são válidas, desde que contribuam para o desenvolvimento de uma língua superior.

6. Uma utopia moderna

A utopia lingüística de Dante é o projeto de uma língua ideal como componente da constituição de um homem ideal e de uma sociedade ideal. A esse respeito, *Da eloquência vulgar* é a obra inaugural de uma ideologia lingüística que continua em vigor e que, uma vez estabelecida, jamais deixou de estar em vigor e continua vigente até hoje.

A língua ideal construída é uma referência, um modelo, a materialização da perfeição do espírito, a pautar nossos atos e pensamentos. Não é possível deixar de comparar a nossa imperfeição – da língua que usamos, da sociedade em que vivemos, de cada um de nós próprios individualmente – com a perfeição da língua ideal que encarna os ideais do homem e da sociedade que gostaríamos de ser. Nos sentimos sempre aquém desta língua e do que ela diz que deveríamos ser.

Não é possível deixar de ter uma relação fetichista com essa língua, que se impõe a nós como horizonte inalcançável, a cada vez que temos que escrever um texto ou preparar uma comunicação pública qualquer. É também a angústia de cada aluno, desde a alfabetização, nos seus longos anos de aprendizado e aperfeiçoamento da escrita, quando ele deve "escrever melhor para falar melhor, para ser uma pessoa melhor e para formarmos uma sociedade melhor".

O vulgar ilustre é a nossa utopia lingüística moderna de cada dia.

Referências

- AUROUX, S. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas: Ed.Unicamp, 1992.
- BOTTERILL, S. *Dante: De vulgari eloquentia*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- HALE, J. *Renascença*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1970.
- LE GOFF, J. *O nascimento do purgatório*. Lisboa: Estampa, 1995.
- MONTANELLI, I. & GERVASO, R. *Itália: os séculos decisivos*. São Paulo: Ibrasa, 1968.